Informativo

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL REGIONAL DOS EMPREENDIMENTOS MARÍTIMOS DA PETROBRAS NA BACIA DE SERGIPE - ALAGOAS

EDIÇÃO 2º SEMESTRE 2023

A realização do Programa de Comunicação Social Regional é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.

Acompanhe os resultados do último relatório do Projeto de Monitoramento de Praias da Bacia de Sergipe-Alagoas

Executado há 13 anos, o Projeto de Monitoramento de Praias da Bacia de Sergipe-Alagoas (PMP-SEAL) tem o objetivo de avaliar os impactos das atividades marítimas de exploração e produção de petróleo e gás sobre aves, tartarugas e mamíferos marinhos de Piaçabuçu (AL) até Conde (BA), passando por todo o litoral de Sergipe. O PMP realiza monitoramento diário dos encalhes desses animais e outras anormalidades como a presença de óleo e lixo em todas as praias que possam ser influenciadas por essas atividades.

No ano de 2022, os técnicos do projeto monitoraram 74.918,73 km de praias e registraram 1.326 ocorrências de fauna alvo, sendo 229 casos de aves costeiras aquáticas, 1.056 de tartarugas marinhas e 41 de mamíferos marinhos. Desse total, 167 animais foram resgatados ainda com vida e 143 foram encaminhados para a reabilitação, sendo que 2 tartarugas e 9 aves marinhas foram reabilitadas com sucesso.

Ainda entre as ocorrências, foram registrados 8 eventos de animais oleados, sendo 6 tartarugas marinhas e 2 aves marinhas. Foi possível coletar e analisar os resíduos oleosos de 5 destes animais. As análises apontaram que os animais foram contaminados por derivados de petróleo não oriundo das atividades exploração e produção na região.

Reprodução de tartarugas

A partir de 14 de setembro de 2022, o PMP passou a fazer, por solicitação do IBAMA, o monitoramento da reprodução das tartarugas marinhas. Esse monitoramento é feito nas primeiras horas manhã, buscando rastros e ninhos de tartaruga na areia das praias. Quando são encontrados vestígios da atividade reprodutiva, é feito o registro da ocorrência. Nos ninhos é feita a marcação e proteção contra predadores. Os ninhos

Tartaruga que recebeu ataque de cão na área do projeto

Mapa que representa área de atuação do PMP, com indicação do centro de reabilitação e unidades de apoio e estabilização

encontrados são acompanhados até a data de nascimento dos filhotes.

Em alguns trechos de referência, é feita a escavação dos ninhos para coleta de informações como quantidade de ovos chocados, gorados e filhotes mortos. Quando são encontradas as tartarugas em desova, elas são medidas, pesadas e marcadas para a sua identificação em um próximo encontro.

Entre o início do monitoramento e 31 de dezembro de 2022, foram percorridos 16.734 km pela equipe de monitoramento na busca por evidências reprodutivas, sendo registradas 2.158 ocorrências de atividade reprodutiva, sendo 1.599 desovas dentre estas.

Análises

Os dados do projeto até 2022 apontam grande quantidade de encalhes de aves costeiras e marinhas entre os meses de maio e junho, com destaque para as praias de Aracaju. Esses encalhes parecem estar associados ao esforço migratório das aves, que chegam exaustas e debilitadas, com muitas delas indo a óbito.

Já os registros de tartarugas marinhas permaneceram expressivos entre os meses de janeiro a março, sendo a praia de Pontal do Peba/AL o local de mais ocorrências, principalmente devido à interação com a pesca.

Em relação aos mamíferos aquáticos, a espécie com maior número de encalhes permanece sendo o golfinho costeiro *(Sotalia guianensis)*, que acaba interagindo negativamente com a pesca, ficando ferido ou morrendo. Eles são levados para as praias pela força das correntes e altura das ondas.

Quanto aos resíduos sólidos, no ano de 2022 foram registradas 187 ocorrências, sendo 99 resíduos diversos, composto principalmente por *pallets* de madeira, barris e galões, jangadas de madeira, pneus, além de caixotes plásticos, dentre outros; 63 resíduos pesqueiros, compos-

Exemplares de aves (atobás) reabilitadas e devolvidas à natureza

tos por redes e cabos, flutuadores e boias, atratores e artefatos; e 25 resíduos de exploração e produção de óleo e gás, compostos por equipamentos de segurança e de proteção individual de origem indeterminada, a exemplo de capacetes e botas.

Em se tratando de resíduos oleosos, em 2022 foram registradas 67 ocorrências. Destas, 33 apresentavam condições para serem coletadas e encaminhadas para análise. Todos os resultados demonstraram que os resíduos não apresentavam correlação com o petróleo cru produzido em território nacional.

Com base nos monitoramentos, veja algumas formas de contribuir com a preservação da fauna marinha na região:

- Para evitar atingir os ninhos de tartarugas, não transitar com veículos nas praias.
- Não consumir ovos de tartarugas marinhas.
- Não retirar as estacas ou marcações dos ninhos.
- Prender e não abandonar animais domésticos como cães, que podem matar as tartarugas que sobem para desovar.
- Instalar TED (sigla para Dispositivo Excluidor de Tartarugas, em português) nas redes de arrasto de camarão e usar anzóis circulares, que permitem o escape de animais maiores como tartarugas.
- Jogar lixo sempre na lixeira. Foi constatada morte de animais por presença lixo no estômago ou alguns dificuldade de reabilitação por esse mesmo motivo.
- Caso aviste algum animal marinho nas praias que precise de resgate, não se aproxime dele e ligue para o 0800 079 3434.

Conheça os resultados atualizados do Projeto de Avaliação de Interação de Tartarugas
Página 2

Projeto de Monitoramento Participativo do Desembarque Pesqueiro atualiza resultados
Página 3

Comunidades Tradicionais questionam Política Estadual de Gerenciamento Costeiro
Página 4

Conheça os resultados atualizados do Projeto de Avaliação de Interação de Tartarugas

O Projeto de Avaliação de Interação das Tartarugas Marinhas foi implementado em dezembro de 2021 como mais uma das medidas de mitigação do licenciamento ambiental federal para empreendimentos da Petrobras em Sergipe-Alagoas. O objetivo do projeto é compreender os hábitos ecológicos das tartarugas marinhas, especialmente as da espécie oliva *(Lepidochelys olivaceae)*, em sua interface com as atividades marítimas da Petrobras na Bacia de Sergipe-Alagoas.

Depois de quase dois anos de execução, o projeto conta hoje com um total de 15 tartarugas em observação a partir da instalação, nos cascos dos animais, de transmissores via satélite, num total de 3.157 dias monitorados, o que corresponde, em média, a 210 dias de monitoramento por animal.

Três rotas

A maior parte das tartarugas que saíram de Sergipe migrou para o sul, e atingiu as regiões costeiras dos estados da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, indo até o litoral sul do estado de São Paulo. A segunda maior parte das tartarugas que saíram de Sergipe migrou até a região da foz do Rio Amazonas, chegando a atingir até a costa da Guiana Francesa.
Algumas tartarugas que saíram de Sergipe migraram para áreas de oceano aberto, cruzando o Oceano Atlântico no sentido da região costeira mais a oeste do continente africano (mais próxima do continente sul-americano).
O projeto chegou a ter nove tartarugas sendo rastreadas e monitoradas simultaneamente, nos meses de junho e julho de 2022. Até março de 2024, mais 15 tartarugas estão sendo marcadas e rastreadas, ampliando a capacidade de monitoramento do projeto.

Mapa com indicação das três rotas percorridas pelas tartarugas monitoradas pelo projeto

Veja mais alguns destaques do último relatório do projeto:

- Grande número de aparições de tartarugas durante o ano todo em todo o litoral sergipano.
- Baixíssima interação entre as tartarugas, embarcações e plataformas de exploração e de produção.
- A profundidade máxima observada nos mergulhos das tartarugas rastreadas foi de 190 a 200 metros.
- A maioria das tartarugas monitoradas mantiveram-se em águas de temperatura entre 20°C a 25°C, aproximadamente, com algumas atingindo águas abaixo de 15ºC.
- Na praia, notou-se que cachorros costumam atacar as tartarugas e seus ninhos

Reuniões informativas do Programa de Comunicação Social Regional conclui seu ciclo em 2023

Eventos foram realizados em Indiaroba, Aracaju e Pacatuba no formato de atendimento regional

Reunião do PCSR em Aracaju

Nos dias 12, 19 e 26 de novembro foi realizado mais um ciclo de reuniões do Programa de Comunicação Social Regional (PCSR), executado há 17 anos pela Petrobras na Bacia de Sergipe-Alagoas como medida de mitigação do licenciamento ambiental federal. Os eventos foram realizados, respectivamente, em Indiaroba, Aracaju e Pacatuba, de modo a contemplar as três regiões da área de influência dos empreendimentos da Petrobras na Bacia de Sergipe-Alagoas (Bahia Norte e Sergipe Sul, Sergipe Centro e Sergipe Norte).

Como tem ocorrido ao longo dos anos, a programação contou com apresentação inicial de grupo teatral, que pôde explorar como tema geral a presença da atividade de petróleo no mar sergipano e o encerramento do ciclo produtivo em águas rasas. Foram abordados também os diversos projetos e programas de mitigação exigidos do licenciamento, entre eles o próprio PCSR, e a situação do licenciamento do Projeto Sergipe Águas Profundas.

Após a apresentação, a Petrobras detalhou a atualização de atividades da previstas para a Bacia, especialmente a atividade de descomissionamento das plataformas, suas etapas e aprovação por órgãos de controle, tendo abordado ainda a situação do licenciamento da produção do Projeto Sergipe Águas Profundas e o tema dos royalties de petróleo e gás, que é mais uma das pautas exigidas pelo órgão ambiental.

Entre as principais dúvidas trazidas pelos participantes, puderam ser esclarecidos questionamentos sobre os projetos de compensação do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras, possíveis novas compensações por interferência da atividade pesqueira de empreendimentos futuros, aspectos referentes à eleição do Conselho Gestor do PEAC (cujo processo estava em andamento), aplicação e controle de royalties nos municípios beneficiado.

Reunião do PCSR em Pacatuba

Reunião do PCSR em Indiaroba

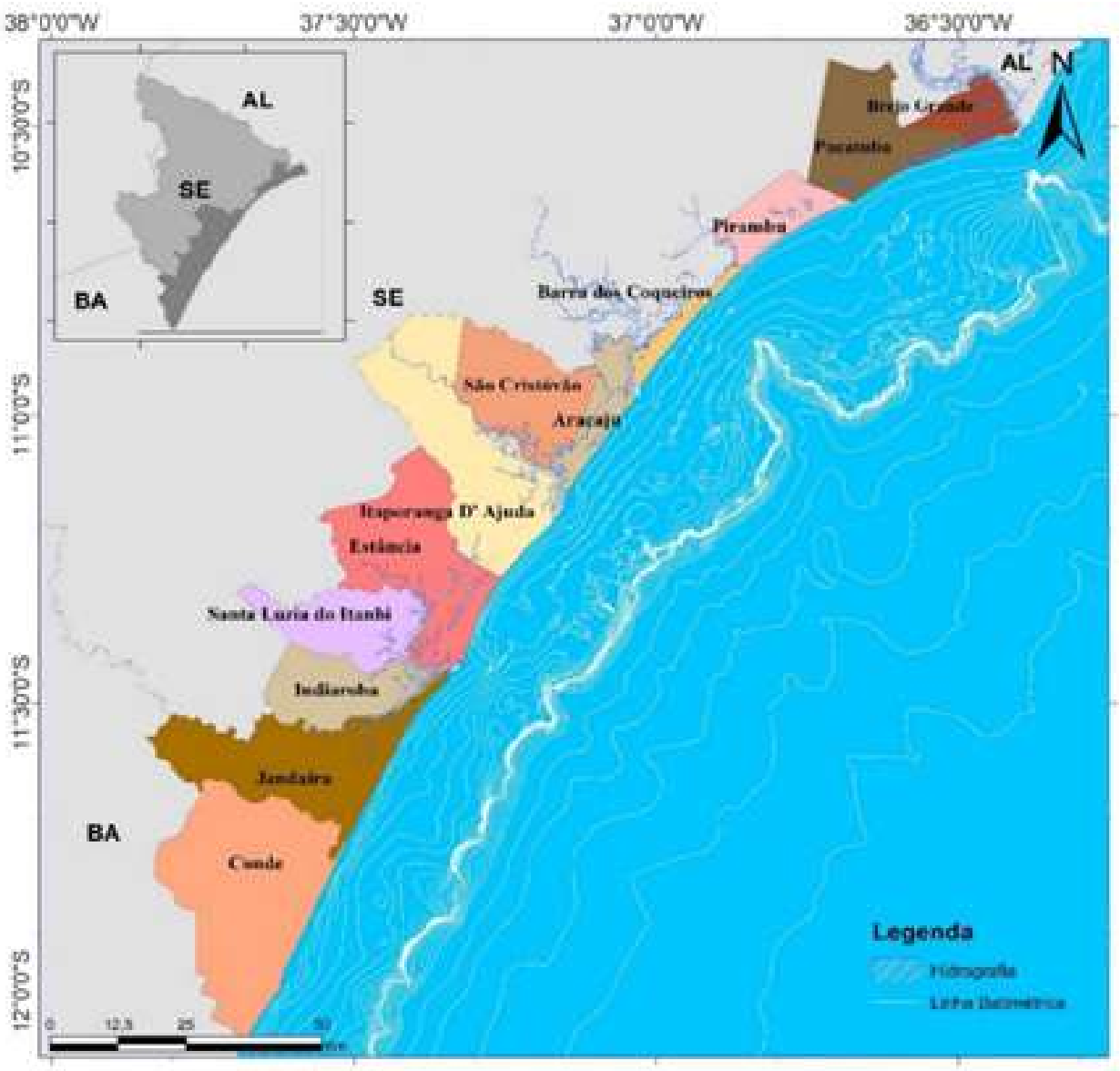
Projeto de Monitoramento Participativo do Desembarque Pesqueiro atualiza resultados

O Projeto de Monitoramento Participativo do Desembarque Pesqueiro – PMPDP é uma condicionante do licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA, para as atividades da Petrobras na Bacia de Sergipe-Alagoas. O projeto realiza a coleta, análise e sistematização dos dados referente à produção pesqueira da área de influência dos empreendimentos da Petrobras na Bacia Sergipe-Alagoas, servindo, dessa forma, como um importante instrumento para a tomada de decisão sobre os eventuais impactos provocados pelos atuais ou futuros empreendimentos na atividade pesqueira local.

Ao todo, são 12 municípios costeiros monitorados, sendo 10 localizados em Sergipe e 2 no norte da Bahia. Nessa área há 86 localidades pesqueiras sendo monitoradas, das quais 26 possuem um monitor de campo registrando diariamente os desembarques de pescados ocorridos.

Desde 2018, quando a atual empresa executora (Mineral Engenharia e Meio Ambiente) assumiu o projeto, foram coletados aproximadamente 380 mil desembarques pesqueiros nas localidades, o que resultou numa média em torno de 6 mil por mês. Somente no ano de 2023 (até o mês de agosto), foram coletados 39.434 desembarques.

Dentre os municípios monitorados, Indiaroba foi o que registrou a maior quantidade de desembarques (com 19% do total) e Pirambu, a menor (2%). No caso de Indiaroba, há muitos desembarques, porém a pesca é predominantemente estuarina, sendo de pequena escala ou subsistência. Já em Pirambu, a pesca é executada na margem costeira-oceânica com embarcações maiores, que fazem menos desembarques, mas com maior produção.



Area de atuação do PMPDP

Auditoria de fichas coletadas

No que se refere aos recursos pesqueiros desembarcados na região, o camarão sete-barbas *(Xiphopenaeus kroyeri)* e o caranguejo *(Ucides cordatus)* foram os que obtiveram maior volume nesse período, sendo sua produção equivalente a, respectivamente, 26% e 8% do total produzido até então. Com relação aos tipos de embarcação, as lanchas e as canoas motorizadas estuarinas foram as que registraram maior volume de descarga de pescado, com respectivamente, 44% e 34% do total produzido.

Por fim, o arrasto duplo (arrasto de camarão) e a rede de emalhar foram os petrechos de pesca/pescarias que mais desembarcaram pescado nesse período, tendo seus montantes correspondente a, respectivamente, 36% e 21% do total desembarcado de 2018 a 2023.

Acompanhamento de desembarque

Registro de supervisão de campo durante desembarque

Povos e Comunidades Tradicionais questionam execução da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro de Sergipe

Maria Izaltina, Conselheira CECG, em fala durante a audiência pública sobre o ZEEC do Litoral Norte

Criado pela Lei Estadual nº 8.634 de dezembro de 2019, o Conselho Estadual de Gerenciamento Costeiro (CEGC) de Sergipe tem como prerrogativa realizar a governança do Sistema Estadual de Gerenciamento Costeiro do estado, propor alterações nas legislações pertinentes, aprovar e alterar os Zoneamentos Ecológico-Econômicos Costeiros (ZEEC). Sua composição é formada por representantes da Administração Pública, dos municípios costeiros, por lideranças das comunidades tradicionais e representante da Assembleia Legislativa de Sergipe.

As representações dos Povos e Comunidades Tradicionais são indicadas pelo Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais de Sergipe (FPCT/SE), movimento formado por comunidades pesqueiras, mulheres marisqueiras, quilombolas e extrativistas da mangaba, empossados pelo Decreto Estadual nº 40.792 de março de 2021. Os conselheiros representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais têm sido assessorados nos processos de discussão do gerenciamento costeiro pelo projeto de Gestão Compartilhada para Acompanhamento da Política de Gerenciamento Costeiro (Compartilhar) do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), que é executado como medida de mitigação do licenciamento ambiental federal das atividades da Petrobras na Bacia de Sergipe-Alagoas.

Os conselheiros denunciam que desde outubro de 2022 as reuniões do Conselho não têm ocorrido, o que se caracterizaria como descumprimento do regramento dessa política pública. Segundo eles, essa situação tem impedido o debate público e a participação dos Povos e Comunidades Tradicionais na implementação da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro nas aprovações dos Zoneamentos Ecológico-Econômicos de todo o litoral de Sergipe. Segundo Maria Izaltina Silva, conselheira do CECG, a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro aprovada tem um claro objetivo: “O gerenciamento costeiro é que vai gerenciar o que a gente sempre usou. Foi criado para legalizar o ilegal.”

Outras questões também são apontadas pelos representantes. O Zoneamento Ecológico do litoral central de Sergipe foi aprovado sem um debate amplo, tendo sido aprovados também os do litoral norte e sul sem a escuta das propostas para a construção dos zoneamentos feitas por parte das representações dos Povos e Comunidades Tradicionais no Conselho.

Tais propostas representam um conjunto de reivindicações do movimento quanto ao que vinha sendo pautado nas minutas apresentadas dos Zoneamentos. Elas tratam das garantias de proteção aos povos e comunidades tradicionais costeiras, de seus territórios e modos de vida, bem como a garantia de consultas prévias às comunidades cujos territórios tenham sobreposições ou sofram impactos das atividades a serem desenvolvidas em todas as zonas delimitadas.

As representações do Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais de Sergipe no Conselho Estadual de Gerenciamento Costeiro consideram que houve um desrespeito aos direitos dessas comunidades garantidos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário, e apresentaram um conjunto de reivindicações:

- O retorno imediato e com reuniões presenciais previamente agendadas do Conselho de Gerenciamento Costeiro de Sergipe, cumprindo os normativos da Lei nº 8.634/2019;
- A divulgação ampla dos mapas do Zoneamentos Ecológicos-Econômicos Costeiros do Litoral Norte e Centro e a divulgação de uma versão legível do ZEEC do Litoral Sul, bem como dos dados geográficos que compõem os zoneamentos, conforme a garantia de acesso à informação preconizada pela Lei 12.527/11;
- A suspensão e reavaliação dos ZEECs aprovados, pois no formato atual desrespeitam os direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, garantidos pela Convenção 169 da OIT.

O informativo dos empreendimentos marítimos da Petrobras na Bacia de Sergipe - Alagoas é uma publicação semestral do Programa de Comunicação Social Regional. O programa é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA. Esta edição correspondente ao segundo semestre de 2023.

Unidade de Negócios de Gestão de Ativos em Descomissionamento
Rua Acre, 2504 - Bairro América, Aracaju/SE, CEP 49.080-010. Responsável pela publicação: Ricardo Leal Costa Santos, Registro Conrerp Nº 309 - 1ª Região. Edição digital - Disponível em **programapeac.com.br**. Fotografias: Núcleo de Educomunicação do PEAC e Banco de Imagens Petrobras.